

## **MEMÓRIA E INFÂNCIA: “Nenhum, nenhuma”, de Guimarães Rosa**

Maria Lucia Guimarães de Faria (Doutora em Poética – UFRJ)

O narrador de “Nenhum, nenhuma” se triparte em três vozes narrativas que lutam para desentranhar o passado envolto em espessas camadas de olvido, num complexo “jogo da memória”, de cujo sucesso depende o seu chegar a existir. Viajando no tempo, ele busca a foz imemorial do seu próprio ser. A complexidade narrativa denuncia a dificuldade da tarefa. Tão tênue quanto o fio que tece a continuidade de nós mesmos, que se rompe a cada instante, é a tessitura da narrativa, seguidamente interrompida e retomada, numa réplica poética da operação existencial que busca construir uma integridade vital, concebida como a única possibilidade de carimbar o destino com assinatura própria.

Franz Karl Stanzel identifica três situações narrativas básicas: 1ª) a situação autoral, que se caracteriza por um narrador onisciente, exterior ao mundo ficcional, que tem acesso à interioridade dos personagens; 2ª) a situação de 1ª pessoa, cuja característica central é a presença de dois eus, o eu-narrante e o eu-narrado, entre os quais se abre uma distância temporal, que acarreta uma metamorfose existencial; 3ª) a situação personativa, que se constrói sobre um acoplamento entre o narrador e um refletor. O narrador apaga os vestígios de sua presença, camuflando-se sob o refletor, que sente, pensa e percebe, mas não fala ao leitor. A situação narrativa de “Nenhum, nenhuma” é bastante singular: trata-se de uma narrativa personativa de 1ª pessoa. A distância entre o narrador (eu do presente) e o narrado (eu do passado) é tão grande, temporal, emocional e psicologicamente falando, que o eu do passado longínquo é um “ele”, que refletoriza as vivências de outrora. Não se trata, contudo, de uma situação de 1ª pessoa, cuja ênfase recai sobre o eu-narrado, em detrimento do eu-narrante. O que a narrativa rosiana propõe é uma situação especial, em que o eu-narrado e o eu-narrante só *vêm a ser* pela mediação um do outro. A questão não é compreender *agora* o sentido do *outrora*. O *outrora* somente *é* agora, e o agora, *outrora*.

Há três vozes que se alternam e cujas perspectivas se superpõem: a voz do presente, expressa em negrito, que se esforça desesperadamente para recordar; a voz do passado

remoto, que refletoriza as lembranças e as emoções peremptas do Menino; e a voz que vai-e-vem, que faz a mediação entre o passado e o presente, buscando religar um ao outro, e que é, de certa forma, estranha tanto ao eu do presente quanto ao do passado: ela é por demais distanciada e reflexiva para ser, quer o eu do presente, empenhado em desesquecer, quer o eu do passado, imerso na realidade de outrora. Ela é a voz que parte do presente em busca do tempo perdido, mas, ao intuir o nublado outrora, percebe-se tão outra e diversa que se refere ao seu eu pretérito na 3ª pessoa.

Essa terceira voz é estranha, porque ela é a voz que não existe, a que ainda está *em vias de existir*. É ela, contudo, a mais importante, porque é *a voz que se constrói*, a voz que anuncia a nova era do ser que desentranha “a sua vera forma”. Ela é “o eu por detrás de mim”, e o que a insufla são “palavras de outro ar”, que concretizam a mágica disposição de alma na qual o outrora é sempre, agora. O passado despedido do presente não pode falar, porque já passou; o presente desligado do passado tampouco pode falar, porque não tem o que dizer. Somente essa terceira voz, que emerge do encontro entre o rpto do passado e o repto do presente, fala, porque o seu dizer é existência.

O entrelaçamento de planos que urde a contextura da estória, os ecos e reverberações de um passado cujo falar só se desata na escuta atenta do presente, o narrador os consegue no diálogo de múltiplas vozes que entretém consigo mesmo, em solilóquio, tentando recapturar as lembranças do que se passou em sua infância. Quando a consciência cochila, toda a dimensão noturna da alma se esgueira maciçamente pela porta que se esqueceu de fechar. **“Venho a me lembrar. Quando amadorno”**, diz o narrador. “Amadornar” assinala o atingir uma zona fronteira, um estado semi-consciente, em que a constante vigília inibidora esmorece e cessa de agir sobre os conteúdos inconscientes, que passam a penetrar no espaço da consciência: **“Vê-se – fechando um pouco os olhos, como a memória pede: o reconhecimento, a lembrança do quadro, se esclarece, se desembaça”**, explica o narrador. Não é o presente que recua até o passado; é o próprio passado que se projeta, se adianta, se apresenta, e exige reconhecimento: **“Tenho de me lembrar. O passado é que veio a mim, como uma nuvem, vem para ser reconhecido: apenas, não estou sabendo decifrá-lo”** (p. 46). Em seu importante livro *Matéria e Memória*, que concebe a memória como a intersecção do espírito e do corpo, Bergson afirma:

“A verdade é que a memória não consiste, em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas, pelo contrário, num progresso do passado ao presente. É no passado que nos colocamos de saída. Partimos de um ‘estado virtual’, que conduzimos pouco a pouco, através de uma série de *planos de consciência* diferentes, até o termo em que ele se materializa numa percepção atual, isto é, até o ponto em que ele se torna um estado presente e atuante, ou seja, enfim, até esse plano extremo de nossa consciência em que se desenha nosso corpo”.

A reminiscência aflora da convergência da memória com o inconsciente. Recordar é reconciliar-se com um si mesmo que se olvidara na inconsciência, de maneira a ouvir a fala desse *outro* com o qual se perdera todo o contato no mais profundo da própria identidade. “Rememorar” é recapturar “um texto há muito conhecido, mas cujas peças fundamentais escapam à consciência”. A mera recaptura do texto, entretanto, não engendra nada novo. O lance inaugural repousa na *decifração*. É no desafio sempre renovado de um constante *interpretar* que se erige o presente.

A meditação sobre o sentido da vida é retrospectiva, prospectiva e projetiva. É munido de perguntas que o ser humano afronta a si mesmo no espelho da alma, e desse ato de coragem extrema depende a gênese da sua existência. O solilóquio é o confronto abissal que entretemos com a **“porção escura de nós mesmos, que tenta incompreensivelmente enganar-nos, ou, pelo menos, retardar que perscrutemos qualquer verdade”**. Não nos devemos deter diante de nenhum ordenamento, provenha ele de nós mesmos. De nós próprios precisamos desconfiar, acima de tudo. O comedimento, a prudência e a cautela são conselhos fáceis para quem teme o desconhecido e o inesperado que se abrigam nas dobras de sua própria intimidade. Driblando a **“maligna astúcia”** da memória consciente, que oferece, **“de entre impressões confusas”**, sempre as mesmas **“passagens lembradas”**, que confirmam e repetem, apenas, a versão já fartamente sabida de si mesmo, o narrador se impõe: **“Tenho de me recuperar, desdeslembrar-me, excogitar – que sei? – das camadas angustiosas do olvido. Como vivi e mudei, o passado mudou também. Se eu conseguir retomá-lo”**. Há uma correspondência direta entre a vida que se leva e o passado de que se dispõe. Dependendo do horizonte vital, os vínculos com o passado vão-se esgarçando, com o tempo desbotam-se e, por fim, embotam-se, restando apenas vestígios insoantes, que vestem exteriormente a vida, como uma máscara encobre um rosto. A própria frase que enuncia o anelo de retomada do passado é uma oração incompleta: “Se eu conseguir retomá-lo”. A descontinuidade da relação com o passado exprime-se concretamente na

adverbial condicional destituída de oração principal. É esse elo rompido que se busca desesperadamente reatar, a fim de se restabelecer o convívio consigo mesmo. A partir do instante em que somos capazes de atar as pontas da nossa vida, de colocar o nosso passado em rota de futuro, *construímos* nós próprios uma continuidade, que, sem a nossa intervenção criadora, existe mais de direito do que de fato. O fio da nossa vida, só o tecemos, quando nos tornamos artesãos da nossa própria sorte, quando, dos retalhos descontínuos e desconexos da nossa *história*, vivida ou sonhada, edificamos a nossa **estória**, cuja continuidade é fruto de nosso zelo e de uma decisão irrevogável de nada desaproveitar, de incluir o significativo e o insignificante, o estrondoso e o quase imperceptível, o fato e o devaneio, as realizações e os projetos, qualquer quinquilharia vital, os grandes lances e os nem momentos, os instantes de concentração e as distrações em que nos evadimos, todas as ninharias que de raspão nos entretiveram, qualquer começo que não se perseguiu, qualquer impulso que não se elançou – a fim de, reunindo tudo isso numa operação poética, *plasmarmos* uma continuidade que constituirá doravante o que chamaremos o nosso ser, próprio. Se permanecemos fiéis a nós mesmos, essa continuidade persiste e nos impele adiante, como uma reserva de força. Mas, se nos esquecemos de nós mesmos, sobram, da continuidade, apenas fatias de verbo, palavras rompidas em busca de uma lembrança sepultada alhures, e o subsolo da nossa alma não é mais a matriz irradiadora de sentido, mas o luto por todas as nossas possibilidades perdidas. Afinal, não existe continuidade, nem descontinuidade. De que nos serve uma continuidade que prossegue e se desdobra sem a nossa participação ativa? Por outro lado, se a descontinuidade é o estado vigente, ela é fragmentos, com os quais podemos nos acabrunhar ou rejubilar. Os que lamentam a fuga perpétua do tempo pertencem ao primeiro grupo: são assolados pelo espírito do ressentimento, do clamor e da vingança, e se convertem nos iconoclastas detratores de todo ímpeto vital. Os que se atiram a materializar o sentido da própria vida integram o segundo grupo: para eles, a descontinuidade é apenas a ferramenta privilegiada para a edificação de uma continuidade única, singular, irrepetível e inigualável, que nunca houve, ninguém concebeu, não se podendo realizar outra vez, e nunca mais.

A complexa imbricação das vozes na tessitura da estória revela cabalmente que a memória não é repetição, mas criação. Muito mais do que uma faculdade intelectual, a

memória é o dom de transportar-se às origens de tudo que é e investir-se do dinamismo da fonte que nunca se esgota no que origina. A memória é a potência poética da catábase, concebida como a descida imaginária ao subterrâneo mundo dos fenômenos originários. Miticamente evocada, a memória, *Mnemosyne*, é filha de Urano e de Gaia, e, desse enlace urânico-telúrico resultam os múltiplos dotes que fazem das Musas, filhas da Memória, as grandes inspiradoras da Poesia. O poder de criação das Musas decorre da sua intimização com as forças germinativas da natureza. A “Moça” da estória, “linda e recôndita”, “a mais formosa criatura que jamais foi vista”, cuja lembrança “raia uma tão extraordinária, maravilhosa luz”, é uma ninfa, musa telúrica, guardiã do mundo das origens, depositária da criatividade festiva da vida. Buscá-la é *orientar-se*, encontrar o rumo que desesperadamente se procura. A Moça é a memória que orienta, porque recompõe o vínculo com o passado. Como é “linda”, ela se mostra, mas, sendo “recôndita”, ela, ao mesmo tempo, se esconde. Ensinando o aspecto paradoxalmente vital da morte, ela plenifica a sua presença ao revelar-se como “limite de transformação”.

O anelo de retorno à origem nos convida a reimaginar o nosso passado. Animados por esse impulso, dirigimo-nos a um alhures, próximo ou distante, onde se confundem a realidade e a fantasia. Aportamos à *Outra-Casa*, como diz Bachelard, que não é nenhuma das casas onde vivemos, mas a Casa de uma *Outra-Infância*, construída, com tudo o que *deveria-ter-sido*, sobre um ser que não foi e que subitamente se põe a ser. Do que apenas *poderia* ter sido, fazemos matéria de poesia. Passamos a existir no limite entre a história e a lenda, onde emerge a *estória*. Certo é que

“existe para cada um de nós uma casa onírica, uma casa de lembrança-sonho, perdida na sombra de um além do passado verdadeiro. Essa casa onírica é (...) a cripta da casa natal. (...) A positividade da história e da geografia psicológicas não pode servir de pedra de toque para determinar o *ser verdadeiro* de nossa infância. A infância é certamente maior que a realidade. (...) É no plano do devaneio e não no plano dos fatos que a infância permanece viva em nós e poeticamente útil. Por essa infância permanente, mantemos a poesia do passado. Habitar oniricamente a casa natal é mais que habitá-la pela lembrança, é viver na casa desaparecida como nós sonhamos” .

A Casa, onde mora a Infância, é a origem do ser. Essencialmente, a infância não é o estágio inicial da vida, mas um estado de alma, que vigora no princípio, no meio e no fim da existência. Quando nos disponibilizamos para a infância, somos levados a devaneios muito antigos, tão antigos, subitamente, que é impossível datá-los. Um lampejo de eternidade desce sobre o mundo. Fascinada pelo longínquo, a alma abre-se ao imemorial. Devolvemo-nos às intuições que nos fundaram e temos acesso a toda uma perspectiva de

antecedência do ser. Alcançamos uma região de ontologia penumbral, situada *entre* o ser e o não-ser, onde o ser aparece e desaparece, seguindo as ondulações da vontade de ser. Para além da nossa história, estende-se a nossa incomensurável memória. O religamento com o passado repõe em vida as vidas que não foram, recolocando-nos em contato com as possibilidades que o destino não soube aproveitar: **“Se eu conseguir recordar, ganharei calma, se conseguisse religar-me: adivinhar o verdadeiro e real, já havido. Infância é coisa, coisa?”**, interroga o narrador. É como *reunião* do que foi, do que é e do que será, que a infância é *coisa*. A infância poeticamente atuante não é aquela que marcou o alvorecer da nossa vida, mas a que lateja em nós, e preside à gênese do passado, do presente e do futuro. O mundo começa para o homem por uma revolução de alma que remonta a uma infância. A infância é *coisa*, porque concretamente *faz mundo*.

A memória é o passaporte para a infância, e a infância é a senha para o imemorial. Estas três potências interagem e reúnem-se na personagem mais misteriosa e mais fundamental da estória, Nenha:

“Era uma velha, uma velhinha – de história, de estória – velhíssima, a inacreditável. Tanto, tanto, que ela se encolhera, encurtara-se, pequenina como uma criança, toda enrugadinha, desbotada: (...) quase não dava acordo de coisa nenhuma, perdida a claridade de juízo. Não sabiam quem ela era (...), nem de que idade, incomputada, incalculável, vinda através de gerações, sem ninguém, só ainda da mesma nossa espécie e figura. Caso imemorial (...)”.

Como num rio eternamente fluindo através do tempo, em Nenha assumem-se todas as visagens da vida. “Acomodadinha num cesto, que parecia um berço”, ela é a criança, começo, primórdio. Nenha é a insufladora da memória, a depositária da infância imemorial, a guardiã do “espírito da vida”. Ao seu redor, constela-se poesia. Tudo, no mundo originário que ela irradia, diverge do habitual. Quem a ela vem ter rompeu com os limites usuais da realidade. A ruptura é marcada na língua pelo prefixo *des-*. Assim, “desnascer” é muito mais do que morrer: é anular um nascimento inautêntico, desligado das raízes mais profundas do ser, a fim de se propiciar o verdadeiro nascimento do ser por si mesmo. Ao desnascer, reconciliamo-nos com os vestígios mais promissores de nós mesmos, que haviam ficado sepultados num esquecimento ancestral. Da mesma forma, recordar não é relembrar, mas “desdeslembrar”, que equivale a *desesquecer*, suprimindo o sortilégio de se ter bebido da água do rio Letes, o rio do esquecimento, nomeado na estória como o “rio que proíbe o imaginar”. Quando nascemos, necessariamente bebemos do rio Letes e esquecemos tudo o que diz respeito à nossa pátria imemorial. Nascer,

portanto, é *deslembrar* uma plenitude originária. É urgente, então, **desnacer** para **desdeslembrar**. Anular o nascimento propicia abolir o esquecimento. É precisamente o que empreende e realiza a “longuíssima viagem” pelo tempo, vencendo “muralhas de fadiga”, atravessando “camadas angustiosas de olvido”, reinventando o antigo, na penosa “luta com a memória”.